

Ofício/CONDSEF N.º 125/2013

Brasília, 17 de junho de 2013

**A Sua Excelência o Senhor
CÉSAR AUGUSTO RABELLO BORGES
Ministro de Estado do Ministério dos Transportes
Brasília/DF**

Assunto: Deflagração de Greve no DNIT

Senhor Ministro,

A CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - CONDSEF, entidade sindical legalmente constituída, inscrita sob CNPJ nº 26.474.510/0001-94, com sede no SDS, Bloco L, nº 30, 5º Andar, Edifício Miguel Badya, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70394-901, neste ato representada por seu Secretário Geral, vem, respeitosamente, perante V. Exa. dizer e requer o segue:

Inicialmente cumpre destacar que a **CONDSEF** é entidade sindical de grau superior e representa os interesses das Entidades de Classes que congregam todos os servidores públicos, empregados e trabalhadores vinculados à Administração direta, indireta, fundacional e autárquica dos poderes da União e das empresas públicas federais, sejam eles regidos pelo RJU, pela CLT ou por qualquer outro vínculo jurídico que venha a ser criado no âmbito da Administração Pública Federal, ativos, aposentados e pensionistas, inclusive aqueles provenientes de convênios que têm o objetivo de implementar ações da Administração e do Serviço Público e prestadores de serviço que percebam remuneração de forma direta ou indireta da União Federal.

Ocorre que na Plenária Nacional da CONDSEF, no último dia 05 de junho deste ano, foi deliberado pela deflagração de greve por tempo indeterminado pelos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, **a ser realizada a partir do dia 25 de junho de 2013.**

Cumpre salientar que a greve decorre por culpa exclusiva do Governo Federal que sequer analisou a proposta de reestruturação da carreira da respectiva categoria, apresentada em janeiro deste ano pela Entidade Sindical, muito menos existiu alguma contraproposta por parte do Poder Executivo.

Para agravar a situação, não foram cumpridos e atendidos Termos de Acordos de anos anteriores.


Ademais, o prazo para negociação estipulado pelo próprio Governo se encerrou no último dia 15 de junho.

Além disso, não cumprimento da revisão geral e anual prevista no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, bem como não pagamento de valores de exercícios anteriores de natureza vencimental, reconhecidos administrativamente, que são considerados salários atrasados.

Nesse contexto, o Governo Federal é omissivo em apreciar, discutir e negociar a pauta de reivindicações dos servidores do DNIT, ignorando a categoria que não lhe resta outra alternativa.

A presente comunicação visa o cumprimento dos requisitos formais que regem o movimento paredista, na forma da lei.

Cordialmente,



Josemilton Maurício da Costa
Secretário Geral da CONDSEF